



### Índice

Lei Complementar nº507/2019.....	1
Lei Complementar nº508/2019.....	3
Lei Complementar nº509/2019.....	25

### **LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº.507/2019.** **DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.**

“HOMOLOGA REFORMULAÇÃO DO PPA – PLANO PLURIANUAL – QUADRIÊNIO 2018-2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º: Fica homologada a reformulação do PPA – Plano Plurianual, Lei Complementar nº 431/2017 de 23 de novembro de 2017 – Quadriênio 2018-2021, conforme demonstrativos em anexo, de modo que:

I) Com a extinção do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e a inclusão dele como uma nova unidade orçamentária no Plano Plurianual, quadriênio 2018-2021, fica transferida as ações do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros para o Município de Braço do Norte, alterando a Lei Complementar nº 431/2017 de 23 de novembro de 2017:

#### **DE:**

Entidade: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Ação: 2.046 – Manutenção do Corpo de Bombeiros

Ação: 0.998 – Reserva de Contingência

**PARA:**

Entidade: 1 – MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE

Órgão: 18.00 – CORPO DE BOMBEIROS

Unidade: 18.01 – DEPARTAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Ação: 2.073 – Manutenção do Corpo de Bombeiros

Ação: 0.998 – Reserva de Contingência

II) Para a entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Órgão 13, Unidade 01, ficam extintas as seguintes ações:

1.024 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE CRAS NO BAIRRO UNIÃO OU NO BAIRRO RIO BONITO;

1.025 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE USUÁRIOS;

1.026 – AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO CRAS WERNER VOSS

1.027 – REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO CREAS

2.069 - MANUTENÇÃO DO SERV. PROT. SOCIOEDUCATIVA MÉDIA COMPLEXIDADE.

E ficam criadas as seguintes ações:

2.071 – GESTÃO DO SUAS;

2.072 – SETOR HABITACIONAL.

2.074 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES MIRINS.

III)

IV) Para entidade MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, Órgão 09, Unidade 09, fica criada a seguinte ação:





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

1.023 – CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO DO CENTRO PARA O  
BAIRRO DO LADO DA UNIÃO.

Art. 2º: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º: Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de novembro de 2019.

**ROBERTO KUERTEN MARCELINO**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda.

**SILVÂNIO KNISS MATES**

Secretário de Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº.508.  
DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

---

Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina para o exercício de 2020 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de BRAÇO DO NORTE decreta e eu, ROBERTO KUERTEN MARCELINO, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:





### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2020, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações; IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII - as disposições gerais.

### CAPÍTULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2020 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos

Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas

Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

IX - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

X - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

XI - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XIII - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XIV - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XV - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XVI - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos ;

XVII - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XVIII - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XIX - Planejamento das Despesas

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2020, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2020 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- III - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- IV - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e
- V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VI - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

VIII - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

IX - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

X - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XI - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.







# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2018/ 2021.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e

encargos

sociais - 1;

II - juros e

encargos da

dívida - 2;

III - outras

despesas

correntes -





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019  
3; IV -

Braço do Norte – Santa Catarina

investment

os - 4;

v - inversões financeiras - 5; e

vi - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a

indicar se os recursos serão aplicados: I -

mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;
- III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei; IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e
- V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

- I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964; II - Receita por





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de

1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme

o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964; IV - Funções e Subfunções

de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

v - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

vi - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e

Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

vii - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o

Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

viii - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

ix - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei

Complementar nº 101, de 2000;

x - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

xi - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações

Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação

Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico

situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das

fontes de financiamento;





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

- xii - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;
  
- xiii - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;
  
- xiv - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
  
- xv - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
  
- xvi - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e
  
- xvii - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29. Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:
  - i - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e
  
  - ii - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

### Seção I

#### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

### Seção II

#### Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

### Seção III

#### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2020, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

1 - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do





Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019  
orçamento;

Braço do Norte – Santa Catarina

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

#### Seção IV

##### Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e







# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

### Seção V

#### Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias,

dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à

conservação do patrimônio público; III - estiverem

perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

### Seção VI

#### Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes





Art. 18. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

### Seção VII

#### Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2019 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

- I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019  
reversão no caso de desvio de finalidade; e

Braço do Norte – Santa Catarina

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

### Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

### Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

- I - gerados pela empresa;
- II - oriundos de transferências do Município;
- III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e
- IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.





### Seção X

#### Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2020, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

### Seção XI

#### Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.





Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

### APÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2020, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.





### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal; IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019  
contribuinte ou posto a sua disposição;

Braço do Norte – Santa Catarina

vii - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

viii - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de novembro de 2019.

**ROBERTO KUERTEN MARCELINO**

**Prefeito Municipal**

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

**SILVÂNIO KNISS MATES**

**Secretário de Administração e Fazenda**







**LEI COMPLEMENTAR Nº. 509/2019,  
DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.**

*“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 31/2005, Código Tributário Municipal, com as alterações posteriores, e dá outras providências”*

**ROBERTO KUERTEN MARCELINO**, Prefeito Municipal de Braço do Norte, usando de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 253, 254 e 257 da Lei Complementar nº 31/2005, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 253 – O lançamento do Imposto Sobre Serviços, em específico à hipótese de incidência regulada nesta seção, dar-se-á por declaração, seguindo as formas de cálculo estabelecidas nos artigos 255 e 256, sendo lançado antecipadamente, cabendo posteriormente à Fazenda Municipal sua revisão.*

*§1º O prazo para pagamento do ISS coincidirá com o prazo final do alvará de construção emitido pelo órgão municipal competente.*

*§2º Caso o contribuinte solicite o “Habite-se” antes do prazo final do Alvará de Construção, o imposto deverá ser recolhido no prazo de 30 dias, a contar do deferimento do pedido de “Habite-se”.*

*§3º Antes da concessão do “Habite-se”, o Setor competente, remeterá ao Setor de Fiscalização de Tributos todo o processo com documentos, dentre eles o memorial descritivo da obra, bem como toda documentação fiscal relativa a obra, facultado ao Agente Fiscal encarregado da revisão do lançamento a exigência de outros documentos necessários a sua verificação e conferência.*

*§4º O valor do imposto lançado antecipadamente, estabelecido no Art. 256 deste Código, é considerado como valor mínimo, não cabendo restituição da diferença apurada entre o imposto*





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

*antecipado e o imposto retido, conforme Artigo 257.*

*Art. 254 – A base de cálculo do ISSQN da construção civil é o preço total dos serviços, dela podendo ser deduzidos:*

*I – o custo dos materiais fornecidos pelos prestadores dos serviços previsto nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços, inclusive aqueles adquiridos de terceiros, conforme dispuser regulamento;*

*II – o valor das subempreitadas sujeitas ao ISSQN pelo regime de receita bruta, desde que relativas às atividades previstas nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da lista de serviços, conforme dispuser regulamento.*

*Art. 257 – Em se tratando de serviços terceirizados para execução de obra, global ou parcial, o recolhimento do ISS deverá ser efetuado pelo proprietário da obra, à título de substituição tributária, sob a forma de retenção do imposto na fonte pagadora.*

*§1º Após o término da execução dos serviços de que trata o caput do artigo, o proprietário da obra deverá protocolar, perante o Departamento de Tributação e Fiscalização, toda documentação pertinente à apuração final do imposto, conforme dispuser o regulamento, procedendo-se com o ajuste de contas entre o imposto lançado antecipadamente, conforme Art. 253, e o valor efetivamente recolhido, observando-se o seguinte:*

*I - se constatado que o valor recolhido, conforme Art. 257, for inferior ao que seria efetivamente devido, conforme Art. 253, o contribuinte deverá recolher a diferença apurada, via lançamento complementar de ofício.*

*§2º O pagamento previsto no caput, extingue o crédito tributário sob condição resolutória da ulterior homologação pela autoridade fazendária.*

*§3º - O ISS poderá ser parcelado, conforme dispuser o regulamento.”*

Art. 2º. Fica revogado o parágrafo único do art. 254, da Lei Complementar nº 31/2005.





# DIÁRIO OFICIAL

## ELETRÔNICO

Nº 107 Ano 07 Terça-feira, 10 de dezembro de 2019

Braço do Norte – Santa Catarina

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,  
ficando revogadas as disposições em contrário.

Braço do Norte, 13 de Novembro de 2019.

**ROBERTO KUERTEN MARCELINO**  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda.

**SILVÂNIO KNISS MATEZ**  
Secretário de Administração e Fazenda

**ROBERTO KUERTEN MARCELINO**  
Prefeito Municipal

